

HAB TRANSPORTES LTDA

Rua Clarindo Francisco Monnerat, 207
Silveira – Monnerat – Duas Barras RJ
CNPJ nº 13.559.039/0001-95

EXCELENTÍSSIMO PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ

Pregão Eletrônico: 032/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTES E ACOMPANHANTES).

HAB TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Clarindo Francisco Monnerat, 207 – Silveira – Monnerat – Duas Barras RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 13.559.039/0001-95, neste ato representada por seu sócio gerente Sr. Denilson Antunes Barbosa, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 1335833 – IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 475.749.417-34, vem, a presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fulcro no §2 do Art. 41 da Lei 8666/93.

1- DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Conforme previsão expressa no § 2º, do artigo 41, da Lei Federal nº 8.666/93, o prazo decadencial para oferecimento de Impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão pública, *in verbis*:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

...

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços

HAB TRANSPORTES LTDA

Rua Clarindo Francisco Monnerat, 207

Silveira – Monnerat – Duas Barras RJ

CNPJ nº 13.559.039/0001-95

ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.” (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Conclui-se, portanto pela TEMPESTIVIDADE da presente solicitação de impugnação.

Outrossim, demonstrado o requisito da tempestividade, deve a impugnação ser plenamente conhecida.

2- DAS RAZÕES

Este Órgão, publicou edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 032/2022, cujo objeto é: “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTES E ACOMPANHANTES), pelo período de 12 (doze) meses”.

Inicialmente, é importante destacar que, com o objetivo de evitar a posterior declaração de nulidade do certame, se faz necessário oferecimento da presente impugnação no intuito de ver corrigidos critérios de contratação de empresa que se encontra de forma irregular perante a legislação.

Em face do princípio da legalidade, que, dentre outros, rege a atividade administrativa, conforme estabelece a Constituição Federal, em seu art. 37, *caput*, e condiciona, como requisito de validade, que as ações da Administração Pública estejam sempre em consonância com o permitido pelo ordenamento.

Sobre tal princípio, leciona o saudoso Hely Lopes Meirelles:

“A *Legalidade*, como princípio da administração (CF, art. 37, *caput*), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao

HAB TRANSPORTES LTDA

Rua Clarindo Francisco Monnerat, 207

Silveira – Monnerat – Duas Barras RJ

CNPJ nº 13.559.039/0001-95

atendimento da Lei e do Direito. (...)
Na Administração Pública não há liberdade
nem vontade pessoal. Enquanto na
administração particular é lícito fazer
tudo que a lei não proíbe, na
Administração Pública só é permitido fazer
o que a lei autoriza”.

A IMPUGNANTE, tradicional e conceituada empresa apta a prestar os serviços objeto da presente licitação, pretendendo participar do certame em epígrafe, ao analisar as exigências do Edital, notou que ele dispõe de exigências que restringem o caráter competitivo na busca da melhor proposta para prestação dos serviços.

Devemos registrar que todos os entes federados, estão vinculada a obedecer a todos os ditames legais a respeito do procedimento licitatório e contratual, sem qualquer discricionariedade corporativa, salvo com previsão legal.

Desta forma, frisamos que os procedimentos concernentes à licitação e à gestão de Contratos, estabelecidos pela Lei 8.666, de 1993, no âmbito da Administração Pública, são executados em total respeito aos Princípios da Legalidade, da Publicidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Impessoalidade, da Razoabilidade, da Proporcionalidade, entre outros.

Ultrapassado esse ponto, da análise do Edital Licitatório em apreço, verifica-se que os serviços que a Administração pretende contratar correspondem ao transporte de passageiros e acompanhantes, sob o regime de **fretamento contínuo**, com itinerários traçados no âmbito dos Municípios localizados no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse prisma, por força da legislação, as sociedades interessadas em prestar os referidos serviços de transporte, caracterizado como **fretamento contínuo**, devem apresentar, obrigatoriamente, o Certificado emitido pelo Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO-RJ, conforme dispõe o art. 97, do Decreto nº 3.893/81:

“Art. 97 - A operação dos serviços de fretamento será executada por empresa ou cooperativa em cujos atos constitutivos conste como objetivo principal o transporte rodoviário de passageiros, com registro específico para tal fim no DETRO/RJ e constituído na forma da legislação aplicável à espécie.”

HAB TRANSPORTES LTDA

Rua Clarindo Francisco Monnerat, 207

Silveira – Monnerat – Duas Barras RJ

CNPJ nº 13.559.039/0001-95

Considerando ainda que o cadastramento de empresas junto ao Departamento de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ, elenca, para o referido cadastramento, condições mínimas para sua emissão.

Cabe mencionar aqui o disposto na Portaria DETRO/PRES nº 1.250, de 05 de maio de 2016, alterada pela Portaria DETRO/PRES nº 1.509, de 08 de janeiro de 2020, que regula o serviço de cadastramento de empresas e veículos, bem como as condições mínimas de operação, vejamos:

“DA HABILITAÇÃO E CADASTRO PARA FRETAMENTO CONTÍNUO E EVENTUAL

...

x - Comprovar a propriedade quer plena, resolúvel, fundada em contrato de alienação fiduciária ou, ainda, posse fundada em contrato de "leasing" de, no mínimo, 1 (um) e no máximo 20 (vinte) veículos, de tipos e modelos aprovados pelo DETRO/RJ, com idade máxima de:

I - 15 (quinze) anos para ônibus e micro-ônibus rodoviários.

II - 13 (treze) anos para micro-ônibus do tipo van fabricados para o transporte de passageiros, com capacidade de 14 a 21 passageiros.

...”

Não menos importante mencionar que na prestação de serviços de transporte rodoviário, deverá ser comprovado pela empresa o atendimento do Decreto Estadual nº 46.894 de 26 de Dezembro de 2019, conforme abaixo:

Art. 99 (...) I para fretamento contínuo:

a) as empresas de transporte deverão comprovar a propriedade quer plena, resolúvel, fundada em contrato de alienação fiduciária ou, ainda, posse fundada em contrato de “leasing” de, no mínimo, 1 (um) e no máximo 20

HAB TRANSPORTES LTDA

Rua Clarindo Francisco Monnerat, 207

Silveira – Monnerat – Duas Barras RJ

CNPJ nº 13.559.039/0001-95

(vinte) veículos, de tipos e modelos aprovados pelo DETRO/RJ, com idade máxima de 15 (quinze) anos para ônibus e micro-ônibus rodoviários e de 13 (treze) anos para micro-ônibus do tipo van fabricados originalmente para o transporte de passageiros, com capacidade mínima de 14 (quatorze) e máxima de 21 (vinte e um) passageiros, incluindo o motorista. O limite máximo de 20 (vinte) veículos poderá ser ultrapassado após o registro no DETRO/RJ, desde que comprovada a utilização dos já registrados e seja justificado pela contratação de novos serviços;

Observado o Termo de Referência, parte integrante do Procedimento Licitatório, pode se verificar que são solicitados veículos "...com até **5 (cinco) anos** de fabricação...", o que, a nosso entender fere o princípio da razoabilidade, da impessoalidade, maculando ainda, o princípio da competitividade, onde se busca a proposta mais vantajosa para Administração.

É unânime na Legislação vigente que a Administração não pode exigir em seus Editais, regras que restrinjam ou inibam a participação de empresas em certames licitatórios, vejamos inicialmente a Lei Federal 8.666/93, que direciona o presente certame:

"...

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

HAB TRANSPORTES LTDA

Rua Clarindo Francisco Monnerat, 207

Silveira – Monnerat – Duas Barras RJ

CNPJ nº 13.559.039/0001-95

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

...”

O Tribunal de Contas da União, inclusive já se pronunciou sobre o assunto, conforme Acórdão nº 2477/2009:

“EMENDA: Representação. Concorrência. Contratação de serviços de manutenção predial. Cláusula do edital restritiva da competitividade do certame. Conhecimento. Procedência. Determinação. A exigência de visita técnica não admite condicionantes que importem a restrição injustificada da competitividade do certame.

São ilegais e atentatórias ao interesse público as exigências editalícias que **restringam a ampla participação ...**”

Enfim, deve o gestor privar-se de fazer exigências abundantes ou utilizar-se do formalismo excessivo para poder obter o maior número de participantes. Esse propósito é para facilitar os órgãos públicos à obtenção de bens e serviços mais convenientes a seus interesses. É por esse motivo que Administração Pública deve utilizar o formalismo de maneira mais flexível diante das suas exigências para que possa alcançar seu objetivo final.

Desta forma, estando uma empresa legalmente certificada pelo órgão controlador, desnecessária se faz a exigência de um período tão exíguo de fabricação de um veículos, bastando a Administração obedecer aos ditames legais, observando ainda as leis especiais para as finalidades a que se propõe, conforme especificado na Lei Federal 8.666/93:

HAB TRANSPORTES LTDA

Rua Clarindo Francisco Monnerat, 207

Silveira – Monnerat – Duas Barras RJ

CNPJ nº 13.559.039/0001-95

“Art. 30- A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em Lei especial, quando for o caso...”

Cabe reforçar, que tal exigência inibe a participação de empresas no certame, deixando assim a Administração do Município de Nova Friburgo, com um *rol* mínimo, o que não ensejará, de certa forma, no objetivo final do certame, que certamente é a busca da proposta mais vantajosa para o Município.

3- DO PEDIDO

Ex positis e sem prejuízo do uso das garantias constitucionais, demonstrado a exigência contida no edital, ou seja, 05 (cinco) anos de fabricação dos veículos, afronta o princípio da legalidade, da impessoalidade e da competitividade pelos quais a Administração Pública deve observar em se tratando de licitação, é tempestiva, a presente peça impugnatória, portanto passível de análise pelo Sr. Pregoeiro e sua Equipe de Apoio requer-se:

a) Seja acolhida a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, sendo julgada PROCEDENTE pelo Ilustríssimo Pregoeiro ante sua tempestividade;

b) Seja feita a retificação das especificações dos itens elencados no Termo de Referência, passando os mesmos a vigorar conforme disposto na Portaria DETRO/PRES nº 1.250, de 05 de maio de 2016, alterada pela Portaria DETRO/PRES nº 1.509, de 08 de janeiro de 2020, com no máximo 13 (treze) anos de fabricação para veículos tipo van e micro-ônibus;

c) Que seja determinada nova publicação após a referida retificação solicitada no item anterior, caso seja o entendimento que tal alteração implique na formulação de propostas;

d) No caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer

e) Na improvável hipótese de NÃO RECEBIMENTO ou IMPROCEDENCIA da presente impugnação, requer-se desde já cópia dos autos do processo licitatório, para salvaguardar os direitos da

HAB TRANSPORTES LTDA

Rua Clarindo Francisco Monnerat, 207
Silveira – Monnerat – Duas Barras RJ
CNPJ nº 13.559.039/0001-95

recorrente, sem prejuízo das ações judiciais cabíveis, bem como comunicação aos órgãos fiscalizadores externos.

f) E como rege o edital, a apresentação da resposta, conforme item 27.3, no prazo de 02 (dois) dias.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Duas Barras, em 07 de março de 2022.

HAB TRANSPORTES LTDA
CNPJ Nº 13.559.039/0001-95
Denilson Antunes Barbosa
Sócio Gerente